



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41289 - SP (2021/0000389-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECLAMANTE : MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
ADVOGADO : ERIK FERNANDO GUEDES ALVES - SP368147
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : LIA ROSA WENDA
ADVOGADO : SEBASTIAO FERNANDO A DE C RANGEL - SP048489

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada pelo MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO em juízo de admissibilidade de recurso especial.

O reclamante alega que o STJ, no julgamento do Aresp n. 1.677.600/SP, determinou ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo fosse realizado novo julgamento dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n. 2083028-65.2019.8.26.0000 que discute ação de desapropriação proposta pela municipalidade em desfavor de Natalie K. B. Kathe Wenda, mas no entanto, com o novo julgamento do feito, a câmara de origem não se debruçou sobre os argumentos exarados pela Municipalidade, mantendo a mesma decisão. (fl. 7).

Requer o deferimento da tutela provisória de urgência com o fim de se obstar em os efeitos da decisão recorrida, impedindo o transcurso do prazo processual da Fazenda Municipal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência deve ser fundada na existência concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, devendo haver um nexo de subordinação da medida liminar à fumaça do bom direito e à comprovação efetiva do risco danoso caso não seja deferida a cautela.

Na espécie, a reclamante não demonstrou a iminência de nenhum ato expropriatório ou do perecimento do direito, em evidente ausência do *periculum in mora*, não se justificando a concessão da liminar requerida uma vez que a questão fática de mérito, relacionada aos efeitos do acórdão, que aguarda prazo para recurso, não foi alterada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de avaliação ulterior pelo relator.

Solicite-se ao Juízo reclamado que, no prazo de 10 dias, preste informações (inciso I do art. 989 do CPC e inciso I do art. 188 do RISTJ).

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente